

**Veículo: Portal Fecam - Florianópolis**  
**Data: 1/9/2016**



## AMAI forma a primeira Rede Regional do SIDEMS

Rede SIDEMS

01 de setembro de 2016 15:38



Créditos: AMAI/BAIXAR IMAGEM

A primeira Rede Regional do SIDEMS acaba de ser criada. A criação ocorreu durante a Assembleia de prefeitos da Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI, na manhã desta quinta-feira (01), após o diretor de Articulação Institucional da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Celso Vedana e o coordenador de Desenvolvimento Regional da entidade, Emerson Souto, apresentarem o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável – SIDEMS, o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável – IDMS e explicaram também como funciona a Rede SIDEMS estadual e quais entidades fazem parte da Rede.

O SIDEMS é um sistema que busca auxiliar os gestores e instituições a transportar os municípios e regiões catarinenses a patamares mais elevados de desenvolvimento facilitando o acesso dos agentes públicos à imensa quantidade de informações espalhadas pelas bases de dados dos órgãos públicos federais e estaduais, tratando e consolidando os conteúdos mais estratégicos para os municípios, Associações de municípios e regiões. O IDMS integra o SIDEMS e é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território.



Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável.

“A rede é composta por entidades representativas da sociedade civil organizada, universidades e agentes públicos com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos municípios catarinenses. O objetivo da rede é o de fortalecer o SIDEMS articulando a participação das instituições na produção, crítica e análise de dados indicadores relativos ao desenvolvimento sustentável dos municípios”, explicou o diretor da FECAM.

Já foram convidados a participar da Rede Regional as instituições de Ensino Superior da região, assim como as entidades representativas da sociedade e empresariais. “A partir da adesão das entidades a nossa intenção é fortalecer a Rede Regional, fazer então um trabalho de fortalecimento nos municípios, apresentando os dados e sugerindo algumas ações para um cenário futuro a partir de prioridades que serão elencadas no grupo de trabalho da Rede. A ideia então é segmentar o trabalho em áreas para extrair algumas prioridades e agendas para se chegar neste futuro desejável, melhorando os índices e atingindo um patamar mais elevado de sustentabilidade”, explica a secretária executiva da AMAI, Ingrid Piovesan.

O Prefeito de Abelardo Luz e Presidente da AMAI, Dilmar Fantinelli, solicitou a FECAM que seja realizado um treinamento com todas as instituições que serão parceiras na Rede para instrumentalizar os técnicos.

O acesso ao SIDEMS se dá por meio do endereço [indicadores.fecam.org.br](http://indicadores.fecam.org.br).

Assessoria de Comunicação  
Federação Catarinense de Municípios – FECAM

**Veículo: Portal Fecam - Florianópolis****Data: 1/9/2016**

## Rede SIDEMS e os Corredores Ecológicos são apresentados durante Assembleia da AMAI

AMAI

01 de setembro de 2016 16:58

[BAIXAR IMAGEM](#)

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) realizou nesta quinta-feira (1º) Assembleia de Prefeitos. Além da presença dos Chefes do Executivo Municipal, diversas instituições estiveram presentes para conhecerem o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) desenvolvido pela Rede Colaborativa do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (Rede SIDEMS), que tem a coordenação da Federação Catarinense de Municípios (Fecam).

O IDMS tem como objetivo avaliar o Município segundo o seu nível de desenvolvimento sustentável. Além disso, é uma ferramenta que busca auxiliar os agentes públicos quanto ao cenário atual e a prospectarem um cenário futuro visando à conquista de índices mais elevados de sustentabilidade e bem-estar social.

O Diretor de Articulação Institucional, Celso Vedana e o Coordenador de Desenvolvimento Regional da Fecam, Emerson Souto apresentaram o processo de



elaboração da metodologia, no desenvolvimento do sistema e na coleta de dados do IDMS, bem como suas aplicações e variáveis encontradas.

O Prefeito de Abelardo Luz e Presidente da AMAI, Dilmar Fantinelli, também explicou aos presentes que a AMAI é a primeira Associação do Estado de Santa Catarina, a criar uma Rede do Sidems em nível regional. O Presidente também solicitou a Fecam que seja realizado um treinamento com todas as instituições que serão parceiras na Rede para instrumentalizar os técnicos.

Também foi apresentado aos Prefeitos pelo Gerente de Desenvolvimento Ambiental da Fatma, Rafael Gasparini, o funcionamento dos corredores ecológicos, em especial do Corredor Ecológico Chapecó que inclui a região da AMAI. O objetivo é unir conservação da natureza ao desenvolvimento local e regional com sistemas produtivos que representam a importância econômica para os principais setores produtivos, o incentivo financeiro é de até 6 mil reais por propriedade, com 20% de contrapartida do produtor rural.

Na região da AMAI 135 propriedades aderiram a esta modalidade do programa, que ainda oferece as linhas de adequação ambiental, pagamento por serviços ambientais e o sistema de créditos de conservação que está em fase final de desenvolvimento.

Rafael também explicou que serão disponibilizadas quatro placas para cada município para sinalizar que a região pertence ao corredor ecológico. Foram já entregues aos Prefeitos sugestões de locais nas rodovias para instalação das placas.

Na questão do Diagnóstico Socioambiental que vem sendo solicitado pelo Ministério Público (MP) aos municípios, a equipe técnica da AMAI explanou sobre a metodologia, etapas de levantamento, coleta de dados e análises de informações frente ao Termos de Ajuste de Conduta (TACs) aplicados pelos MPs da região.

Os Prefeitos solicitaram a Fecam a realização de uma audiência entre MPE, Fatma e Fecam para que sejam discutidos alguns pontos da metodologia, esclarecendo assim os procedimentos e fases para desenvolvimento do Diagnóstico.

Fernanda Bertotto – Ascom AMAI

**Veículo: Oeste Mais – Ponte Serrada****Data: 1/9/2016****POLÍTICA**

01/09/2016 16h52 | Atualizado em 01/09/2016 16h56  
Por Oeste Mais

## Rede Sidems e corredores ecológicos são apresentados durante assembleia da Amai

Chefes dos executivos de vários municípios participaram da reunião



Prefeitos participaram de assembleia na sede da Amai (Foto: Divulgação)

A Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai) realizou nesta quinta-feira, dia 1º, a assembleia de prefeitos da entidade. Além da presença dos chefes dos executivos municipais, diversas instituições participaram para conhecer o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) desenvolvido pela Rede Colaborativa do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (Rede Sidems), que tem a coordenação da Federação Catarinense de Municípios (Fecam).

O IDMS tem o objetivo de avaliar o município segundo o seu nível de desenvolvimento sustentável. Além disso, é uma ferramenta que busca auxiliar os agentes públicos quanto ao cenário atual e a prospectarem um cenário futuro, visando a conquista de índices mais elevados de sustentabilidade e bem-estar social.



O diretor de Articulação Institucional, Celso Vedana, e o coordenador de Desenvolvimento Regional da Fecam, Emerson Souto, apresentaram o processo de elaboração da metodologia, no desenvolvimento do sistema e na coleta de dados do IDMS, além das aplicações e variáveis encontradas.

O prefeito de Abelardo Luz e presidente da Amai, Dilmar Fantinelli, também explicou aos presentes que a Amai é a primeira associação de Santa Catarina a criar uma Rede do Sidems em nível regional. O presidente ainda solicitou à Fecam que seja realizado um treinamento com todas as instituições que serão parceiras na Rede para instrumentalizar os técnicos.

### **Corredor Ecológico Chapecó**

Também foi apresentado aos prefeitos, pelo gerente de Desenvolvimento Ambiental da Fatma, Rafael Gasparini, o funcionamento dos corredores ecológicos, em especial do Corredor Ecológico Chapecó, que inclui a região da Amai. O objetivo é unir a conservação da natureza ao desenvolvimento local e regional, com sistemas produtivos que representam a importância econômica para os principais setores produtivos. O incentivo financeiro é de até R\$ 6 mil por propriedade, com 20% de contrapartida do produtor rural.

Na região da Amai, 135 propriedades aderiram a esta modalidade do programa, que ainda oferece as linhas de adequação ambiental, pagamento por serviços ambientais e o sistema de créditos de conservação, que está em fase final de desenvolvimento.

Rafael também explicou que serão disponibilizadas quatro placas para cada município para sinalizar que a região pertence ao corredor ecológico. Sugestões já foram entregues aos prefeitos sobre locais nas rodovias para a instalação das placas.

Na questão do Diagnóstico Socioambiental que vem sendo solicitado pelo Ministério Público (MP) aos municípios, a equipe técnica da Amai explicou sobre a metodologia, etapas de levantamento, coleta de dados e análises de informações frente ao Termos de Ajuste de Conduta (TACs) aplicados pelos MPs da região.

Os prefeitos solicitaram à Fecam a realização de uma audiência entre MPE, Fatma e Fecam para que sejam discutidos alguns pontos da metodologia, esclarecendo os procedimentos e fases para desenvolvimento do diagnóstico.

**Veículo: Rádio Clube – São Domingos**  
**Data: 1/9/2016**



## **REDE SIDEMSE OS CORREDORES ECOLÓGICOS SÃO APRESENTADOS DURANTE ASSEMBLEIA DA AMAI**

Compartilhe 

01/09/2016 – QUINTA-FEIRA

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), realizou nesta quinta-feira (1º), mais uma assembleia de prefeitos. Além da presença dos chefes do Executivo, diversas instituições estiveram presentes para conhecerem o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) desenvolvido pela Rede Colaborativa do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (Rede SIDEMS), que tem a coordenação da Federação Catarinense de Municípios (Fecam).

O IDMS tem como objetivo avaliar o município segundo o seu nível de desenvolvimento sustentável. Além disso, é uma ferramenta que busca auxiliar os agentes públicos quanto ao cenário atual e a prospectarem um cenário futuro visando à conquista de índices mais elevados de sustentabilidade e bem-estar social.

O Diretor de Articulação Institucional, Celso Vedana, e o Coordenador de Desenvolvimento Regional da Fecam, Emerson Souto, apresentaram o processo de elaboração da metodologia, no desenvolvimento do sistema e na coleta de dados do IDMS, bem como suas aplicações e variáveis encontradas.

O prefeito de Abelardo Luz e presidente da AMAI, Dilmar Fantinelli, também explicou aos presentes que a AMAI é a primeira associação de Santa Catarina a criar uma rede do Sidems em nível regional. O presidente também solicitou a Fecam que seja realizado um treinamento com todas as instituições que serão parceiras na Rede, para instrumentalizar os técnicos.

Também foi apresentado aos prefeitos pelo Gerente de Desenvolvimento Ambiental da Fatma, Rafael Gasparini, o funcionamento dos corredores ecológicos, em especial do Corredor Ecológico Chapecó, que inclui a região da AMAI. O objetivo é unir conservação da natureza ao desenvolvimento local e regional com sistemas produtivos que representam a importância econômica para os principais setores produtivos, o incentivo financeiro é de até 6 mil reais por propriedade, com 20% de contrapartida do produtor rural.

Na região da AMAI, 135 propriedades aderiram a esta modalidade do programa, que ainda oferece as linhas de adequação ambiental, pagamento por serviços ambientais e o sistema de créditos de conservação que está em fase final de desenvolvimento.



Rafael também explicou que serão disponibilizadas quatro placas para cada município, para sinalizar que a região pertence ao corredor ecológico. Foram já entregues aos prefeitos sugestões de locais nas rodovias para instalação das placas.

Na questão do Diagnóstico Socioambiental que vem sendo solicitado pelo Ministério Público (MP) aos municípios, a equipe técnica da AMAI explanou sobre a metodologia, etapas de levantamento, coleta de dados e análises de informações frente ao Termos de Ajuste de Conduta (TACs) aplicados pelos MPs da região.

Os prefeitos solicitaram a Fecam a realização de uma audiência entre MPE, Fatma e Fecam, para que sejam discutidos alguns pontos da metodologia, esclarecendo assim os procedimentos e fases para desenvolvimento do diagnóstico.

Fonte (texto e fotos): Ascom Amai / [www.clubesd.com.br](http://www.clubesd.com.br) / Keli Camiloti



**Veículo: Rede Princesa - Xanxerê**  
**Data: 1/9/2016**



## NOTÍCIAS

### AMAI promove Assembleia de Prefeitos nesta quinta-feira



A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) realiza nesta quinta-feira (1º), Assembleia de Prefeitos, às 9h, na sede em Xanxerê. Para o evento também confirmadas as presenças de representantes da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Celer Faculdades, Unoesc Xanxerê e do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC Xanxerê).

Durante o encontro a Fecam apresentará o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) dos Municípios da AMAI, que visa avaliar os Municípios segundo seu nível de desenvolvimento sustentável. Além disso, o IDMS pode auxiliar os agentes públicos na projeção de um cenário futuro desejável e a definir prioridades locais tendo em vista a conquista de patamares mais elevados de sustentabilidade.

Também acontecerão explanações da Fatma sobre o funcionamento dos corredores ecológicos e da equipe da AMAI referente ao Diagnóstico Socioambiental.

Fernanda Bertotto – Ascom AMAI

Veículo: Tudo Sobre Xanxerê - Xanxerê  
Data: 1/9/2016



[COMUNIDADE, POLÍTICA](#) - 01 Set 2016 14:58

## Amai faz parceria com Fecam para rastrear índices de desenvolvimentos

Por: Carol Debiasi

Visualizações: 220

[0 comentários](#)



(Foto: Alessandra Villani/Tudo

Sobre Xanxerê)

Na manhã desta quinta-feira (1º), os prefeitos da região da Amai se reuniram na sede da entidade para a 6ª assembleia na qual foi apresentado pela Fecam o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) dos Municípios da AMAI. Esse índice visa avaliar os municípios através de seu desenvolvimento sustentável, bem como pode auxiliar os agentes públicos na projeção de um cenário futuro desejável em todas as áreas, seja educação, saúde, por exemplo.

Conforme o presidente da Amai, prefeito Dilmar Fantinelli, os municípios da Amai firmarão um convênio com a Fecam, trazendo essa ferramenta para as prefeituras a fim de poder contribuir e avaliar todos os setores. Dessa forma, é possível planejar as ações futuros para melhorar os índices de cada município.

- Estamos com a visita da Fecam discutindo o índice de desenvolvimento municipal sustentável. A Fecam trouxe várias informações dos nossos municípios referentes aos índices de 2012 e 2014 e verificamos o que tivemos na educação,



na saúde, na infraestrutura, que são importantes para as futuras gestões. Com isso vamos criar um convênio com a Fecam, para planejar os próximos anos para a região e, com isso, crescer em todos os segmentos – comenta o presidente.

Conforme o diretor de articulação institucional da Fecam, Celso Vedana a boa notícia é que a Amai vai aderir à rede do sistema de indicadores de desenvolvimento municipal sustentável, que é uma ferramenta com informações e dados dos 295 municípios catarinenses.

- É importante que a região forme um grupo estratégico de governança a partir do sistema de indicadores e do banco de dados que temos e, comece, conforme o ambiente ou a característica do setor, analisar os dados e índices e deferindo políticas públicas. O sistema tem quatro dimensões, que são econômico, ambiental, social e gestão municipal, agrupados a isso em nove subdimensões, com 30 indicações e 62 variáveis, então é um sistema abrangente, e é através desse acompanhamento verifica-se se teve um crescimento ou não em cada área de cada município – explicou.

Na oportunidade, na qual também estavam presentes representantes da Celer Faculdades, Unoesc Xanxerê e do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC Xanxerê), o coordenador da Fatma de Chapecó, Rafael Gasparini explanou sobre corredores ecológicos.



**Veículo: Lance Notícias - Xanxerê**  
**Data: 1/9/2016**



## Amai promove Assembleia de Prefeitos nesta quinta-feira (1º)

1 de setembro de 2016 - 08:54 / [Comunidade Evento](#) | 0 Comentários



Amai

promove Assembleia de Prefeitos nesta quinta-feira (1º) (Foto: ARQUIVO/Lance Notícias)

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) realiza nesta quinta-feira (1º), Assembleia de Prefeitos, às 9h, na sede em Xanxerê. Para o evento também confirmadas as presenças de representantes da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Celer Faculdades, Unoesc Xanxerê e do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC Xanxerê).

Durante o encontro a Fecam apresentará o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) dos Municípios da AMAI, que visa avaliar os Municípios segundo seu nível de desenvolvimento sustentável. Além disso, o IDMS pode auxiliar os agentes públicos na projeção de um cenário futuro desejável e a definir prioridades locais tendo em vista a conquista de patamares mais elevados de sustentabilidade.

Também acontecerão explicações da Fatma sobre o funcionamento dos corredores ecológicos e da equipe da AMAI referente ao Diagnóstico Socioambiental.

Veículo: Folha Regional - Xanxerê  
Data: 1/9/2016



## Amai promove hoje Assembleia de Prefeitos

**Xanxerê.** A Associação dos Municípios do Alto Itaipava (Amái) realiza nesta quinta-feira (1º), Assembleia de Prefeitos, às 9 horas, na sede em Xanxerê. Para o evento também confirmadas as presenças de representantes da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Celer Faculdades, Unocsc Xanxerê e

do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC Xanxerê).

Durante o encontro a Fecam apresentará o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) dos Municípios da Amái, que visa avaliar os Municípios segundo seu nível de desenvolvimento sustentável. Além disso, o IDMS pode auxiliar os agentes públicos

na projeção de um cenário futuro desejável e a definir prioridades locais tendo em vista a conquista de patamares mais elevados de sustentabilidade.

Também acontecerão explicações da Fatma sobre o funcionamento dos corretores ecológicos e da equipe da Amái referente ao Diagnóstico Socioambiental. (Ass. Com. da Amái/ Fernanda Bertotto)

Veículo: Folha Regional - Xanxerê

Data: 2/9/2016



## Rede Sidems e Corredores Ecológicos são apresentados

**Xanxerê-** A Associação dos Municípios do Alto Itaipava (Amái) realizou ontem (1º) Assembleia de Prefeitos. Além da presença dos chefes do Executivo Municipal, diversas instituições estiveram presentes para conhecerem o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) desenvolvido pela Rede Colaborativa do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (Rede Sidems), que tem a coordenação da Federação Catarinense de Municípios (Fecam).

O IDMS tem como objetivo avaliar o município segundo o seu nível de desenvolvimento sustentável. Além disso, é uma ferramenta que busca auxiliar os agentes públicos quanto ao cenário atual e a prospectarem um cenário futuro visando à conquista de índices mais elevados de sustentabilidade e bem-estar social.

O diretor de Articulação Institucional, Celso Vedana

Divulgação



com todas as instituições que serão parceiras na Rede para instrumentalizar os técnicos.

Também foi apresentado aos prefeitos pelo gerente de Desenvolvimento Ambiental da Fatma, Rafael Gasparini, o funcionamento dos corredores ecológicos, em especial do Corredor Ecológico Chapeçó que inclui a região da Amái. O objetivo é unir conservação da natureza ao desenvolvimento local e regional com sistemas produtivos que representem a importância econômica para os principais setores produtivos, o incentivo financeiro é de até 6 mil reais por propriedade, com 20% de contrapartida do produtor rural.

Na região da Amái 135 propriedades aderiram a esta modalidade do programa, que ainda oferece as linhas de adequação ambiental, pagamento por serviços ambientais e o sistema de créditos de conservação que está em fase final de desen-

volvimento.

Rafael também explicou que serão disponibilizadas quatro placas para cada município para sinalizar que a região pertence ao corredor ecológico. Foram já entregues aos prefeitos sugestões de locais nas rodovias para instalação das placas.

Na questão do Diagnóstico Socioambiental que vem sendo solicitado pelo Ministério Público (MP) aos municípios, a equipe técnica da Amái explanou sobre a metodologia, etapas de levantamento, coleta de dados e análises de informações frente ao Termo de Ajuste de Conduta (TACs) aplicados pelos MPs da região.

Os prefeitos solicitaram a Fecam a realização de uma audiência entre MPE, Fatma e Fecam para que sejam discutidos alguns pontos da metodologia, esclarecendo assim os procedimentos e fases para desenvolvimento do Diagnóstico. (Ass.Com. da Amái/Fernanda Bertotto)

a Amái é a primeira Associação do Estado de Santa Catarina, a criar uma Rede do Sidems em nível regional. O presidente também solicitou a Fecam que seja realizado um treinamento

dados do IDMS, bem como suas aplicações e variáveis encontradas.

O prefeito de Abelardo Luz e presidente da Amái, Dilmar Fantinelli, também explicou aos presentes que

e o coordenador de Desenvolvimento Regional da Fecam, Emerson Souto apresentaram o processo de elaboração da metodologia, no desenvolvimento do sistema e na coleta de

**Veículo: Lance Notícias - Xanxerê**  
**Data: 2/9/2016**



## Rede Sidems e os Corredores Ecológicos são apresentados durante Assembleia da Amai

2 de setembro de 2016 - 07:35 / **Comunidade Evento** | 0 Comentários



Rede Sidems e os Corredores Ecológicos são apresentados durante Assembleia da Amai (Foto: Divulgação)

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) realizou nesta quinta-feira (1º) Assembleia de Prefeitos. Além da presença dos Chefes do Executivo Municipal, diversas instituições estiveram presentes para conhecerem o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) desenvolvido pela Rede Colaborativa do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (Rede SIDEMS), que tem a coordenação da Federação Catarinense de Municípios (Fecam).

O IDMS tem como objetivo avaliar o Município segundo o seu nível de desenvolvimento sustentável. Além disso, é uma ferramenta que busca auxiliar os agentes públicos quanto ao cenário atual e a prospectarem um cenário futuro visando à conquista de índices mais elevados de sustentabilidade e bem-estar social.

O Diretor de Articulação Institucional, Celso Vedana e o Coordenador de Desenvolvimento Regional da Fecam, Emerson Souto apresentaram o processo de elaboração da metodologia, no desenvolvimento do sistema e na coleta de dados do IDMS, bem como suas aplicações e variáveis encontradas.

O Prefeito de Abelardo Luz e Presidente da AMAI, Dilmar Fantinelli, também explicou aos presentes que a AMAI é a primeira Associação do Estado de Santa Catarina, a criar uma Rede do Sidems em nível regional. O Presidente também solicitou a Fecam que seja realizado um treinamento com todas as instituições que serão parceiras na Rede para instrumentalizar os técnicos.



Também foi apresentado aos Prefeitos pelo Gerente de Desenvolvimento Ambiental da Fatma, Rafael Gasparini, o funcionamento dos corredores ecológicos, em especial do Corredor Ecológico Chapecó que inclui a região da AMAI. O objetivo é unir conservação da natureza ao desenvolvimento local e regional com sistemas produtivos que representam a importância econômica para os principais setores produtivos, o incentivo financeiro é de até 6 mil reais por propriedade, com 20% de contrapartida do produtor rural.

Na região da AMAI 135 propriedades aderiram a esta modalidade do programa, que ainda oferece as linhas de adequação ambiental, pagamento por serviços ambientais e o sistema de créditos de conservação que está em fase final de desenvolvimento.

Rafael também explicou que serão disponibilizadas quatro placas para cada município para sinalizar que a região pertence ao corredor ecológico. Foram já entregues aos Prefeitos sugestões de locais nas rodovias para instalação das placas.

Na questão do Diagnóstico Socioambiental que vem sendo solicitado pelo Ministério Público (MP) aos municípios, a equipe técnica da AMAI explanou sobre a metodologia, etapas de levantamento, coleta de dados e análises de informações frente ao Termo de Ajuste de Conduta (TACs) aplicados pelos MPs da região.

Os Prefeitos solicitaram a Fecam a realização de uma audiência entre MPE, Fatma e Fecam para que sejam discutidos alguns pontos da metodologia, esclarecendo assim os procedimentos e fases para desenvolvimento do Diagnóstico.

**Veículo: Rede Princesa - Xanxerê**  
**Data: 2/9/2016**



## NOTÍCIAS

### Rede Sidems e os Corredores Ecológicos são apresentados durante Assembleia da AMAI



A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) realizou nesta quinta-feira (1º) Assembleia de Prefeitos. Além da presença dos Chefes do Executivo Municipal, diversas instituições estiveram presentes para conhecerem o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) desenvolvido pela Rede Colaborativa do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (Rede SIDEMS), que tem a coordenação da Federação Catarinense de Municípios (Fecam).

O IDMS tem como objetivo avaliar o Município segundo o seu nível de desenvolvimento sustentável. Além disso, é uma ferramenta que busca auxiliar os agentes públicos quanto ao cenário atual e a prospectarem um cenário futuro visando à conquista de índices mais elevados de sustentabilidade e bem-estar social.

O Diretor de Articulação Institucional, Celso Vedana e o Coordenador de Desenvolvimento Regional da Fecam, Emerson Souto apresentaram o processo de elaboração da metodologia, no desenvolvimento do sistema e na coleta de dados do IDMS, bem como suas aplicações e variáveis encontradas.

O Prefeito de Abelardo Luz e Presidente da AMAI, Dilmar Fantinelli, também explicou aos presentes que a AMAI é a primeira Associação do Estado de Santa Catarina, a criar uma Rede do Sidems em nível regional. O Presidente também solicitou a Fecam que seja realizado um treinamento com todas as instituições que serão parceiras na Rede para instrumentalizar os técnicos.

Também foi apresentado aos Prefeitos pelo Gerente de Desenvolvimento Ambiental da Fatma, Rafael Gasparini, o funcionamento dos corredores ecológicos, em especial do Corredor Ecológico Chapecó que inclui a região da AMAI. O objetivo é unir conservação da natureza ao desenvolvimento local e regional com sistemas produtivos que representam a importância



econômica para os principais setores produtivos, o incentivo financeiro é de até 6 mil reais por propriedade, com 20% de contrapartida do produtor rural.

Na região da AMAI 135 propriedades aderiram a esta modalidade do programa, que ainda oferece as linhas de adequação ambiental, pagamento por serviços ambientais e o sistema de créditos de conservação que está em fase final de desenvolvimento.

Rafael também explicou que serão disponibilizadas quatro placas para cada município para sinalizar que a região pertence ao corredor ecológico. Foram já entregues aos Prefeitos sugestões de locais nas rodovias para instalação das placas.

Na questão do Diagnóstico Socioambiental que vem sendo solicitado pelo Ministério Público (MP) aos municípios, a equipe técnica da AMAI explicou sobre a metodologia, etapas de levantamento, coleta de dados e análises de informações frente ao Termos de Ajuste de Conduta (TACs) aplicados pelos MPs da região.

Os Prefeitos solicitaram a Fecam a realização de uma audiência entre MPE, Fatma e Fecam para que sejam discutidos alguns pontos da metodologia, esclarecendo assim os procedimentos e fases para desenvolvimento do Diagnóstico.

Fernanda Bertotto – Ascom AMAI

**Veículo: Click Xaxim - Xaxim**  
**Data: 2/9/2016**



## Rede Sidems e os Corredores Ecológicos são apresentados durante Assembleia da AMAI

Por Andrey Evangelista  
Em 02/09/2016 - 09h34

0

[Fonte Menor](#) [Fonte Maior](#) [Imprimir](#) [Indicar](#) [Comunicar erro na notícia](#)



*Na região da AMAI 135 propriedades aderiram a esta modalidade do programa, que ainda oferece as linhas de adequação ambiental, pagamento por serviços ambientais e o sistema de créditos de conservação que está em fase final de desenvolvimento. (Imagem: Divulgação)*

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) realizou nesta quinta-feira (1º) Assembleia de Prefeitos. Além da presença dos Chefes do Executivo Municipal, diversas instituições estiveram presentes para conhecerem o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) desenvolvido pela Rede Colaborativa do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (Rede SIDEMS), que tem a coordenação da Federação Catarinense de Municípios (Fecam).

O IDMS tem como objetivo avaliar o Município segundo o seu nível de desenvolvimento sustentável. Além disso, é uma ferramenta que busca auxiliar os agentes públicos quanto ao cenário atual e a prospectarem um cenário futuro visando à conquista de índices mais elevados de sustentabilidade e bem-estar social.

O Diretor de Articulação Institucional, Celso Vedana e o Coordenador de Desenvolvimento Regional da Fecam, Emerson Souto apresentaram o processo de elaboração da metodologia, no desenvolvimento do sistema e na coleta de dados do IDMS, bem como suas aplicações e variáveis encontradas.



O Prefeito de Abelardo Luz e Presidente da AMAI, Dilmar Fantinelli, também explicou aos presentes que a AMAI é a primeira Associação do Estado de Santa Catarina, a criar uma Rede do Sidems em nível regional. O Presidente também solicitou a Fecam que seja realizado um treinamento com todas as instituições que serão parceiras na Rede para instrumentalizar os técnicos.

Também foi apresentado aos Prefeitos pelo Gerente de Desenvolvimento Ambiental da Fatma, Rafael Gasparini, o funcionamento dos corredores ecológicos, em especial do Corredor Ecológico Chapecó que inclui a região da AMAI. O objetivo é unir conservação da natureza ao desenvolvimento local e regional com sistemas produtivos que representam a importância econômica para os principais setores produtivos, o incentivo financeiro é de até 6 mil reais por propriedade, com 20% de contrapartida do produtor rural.

Na região da AMAI 135 propriedades aderiram a esta modalidade do programa, que ainda oferece as linhas de adequação ambiental, pagamento por serviços ambientais e o sistema de créditos de conservação que está em fase final de desenvolvimento.

Rafael também explicou que serão disponibilizadas quatro placas para cada município para sinalizar que a região pertence ao corredor ecológico. Foram já entregues aos Prefeitos sugestões de locais nas rodovias para instalação das placas.

Na questão do Diagnóstico Socioambiental que vem sendo solicitado pelo Ministério Público (MP) aos municípios, a equipe técnica da AMAI explanou sobre a metodologia, etapas de levantamento, coleta de dados e análises de informações frente ao Termos de Ajuste de Conduta (TACs) aplicados pelos MPs da região.

Os Prefeitos solicitaram a Fecam a realização de uma audiência entre MPE, Fatma e Fecam para que sejam discutidos alguns pontos da metodologia, esclarecendo assim os procedimentos e fases para desenvolvimento do Diagnóstico.

**Fonte:** Assessoria de Comunicação - AMAI

**Veículo: Portal Fecam - Florianópolis**  
**Data: 13/9/2016**



## Metodologia para elaboração de Diagnóstico Socioambiental é discutida pela AMAI, MPSC, Fatma e Fecam

AMAI

13 de setembro de 2016 17:18



[BAIXAR IMAGEM](#)

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) preocupada com a metodologia a ser aplicada para a elaboração e validação do Diagnóstico Socioambiental nos municípios, solicitou uma reunião ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) por meio do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME).

O Diretor de Articulação Institucional da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Celso Vedana, ressalta que a iniciativa da AMAI de buscar parceria com o MPSC para os diagnósticos socioambientais, regularização fundiária e unidades de conservação vem ao encontro da necessidade de se realizar uma ampla discussão para se criar um programa que seja estendido a todos os municípios catarinenses.

O encontro aconteceu no dia cinco de setembro, em Florianópolis e contou com a participação do Promotor de Justiça e Coordenador do CME do MPSC, Paulo Locatelli, da Secretária Executiva e do Assessor Jurídico da AMAI, Ingrid Piovesan e Adriano Conti, do Diretor de Articulação Institucional da Fecam, Celso Vedana e do Gerente de Desenvolvimento Ambiental da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Rafael Gasparini.

A Secretária Executiva da AMAI, Ingrid Piovesan, explica que MP tem cobrado dos municípios a delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) a fim de



verificar as Áreas Urbanas Consolidadas, bem como, mapear as áreas de risco e de relevante interesse ecológico.

Neste sentido, a AMAI buscou um entendimento entre MPSC e a Fatma para que os municípios possam licitar ou delegar a Associação a realização do estudo, bem como, foram discutidos alguns pontos onde existiam divergência entre as orientações emitidas pelos órgãos no que se refere a metodologia para validação do Diagnóstico.

Ingrid comenta ainda que neste momento o diálogo é a melhor saída, em virtude da queda de arrecadação e crise financeira, para que os recursos públicos sejam aplicados da melhor forma possível, em um planejamento que atenda os aspectos físicos, sociais e ambientais.

### *O que é o Diagnóstico Socioambiental...*

O Diagnóstico Socioambiental é um instrumento previsto para diversos fins e envolve etapas de levantamento e coleta de dados, bem como, análise destas informações com o intuito de obter um “retrato” das condições ambientais e sociais de uma determinada área de interesse.

Ele é um instrumento importante, pois, visa oferecer as informações necessárias aos órgãos responsáveis pela concessão de título de propriedade aos residentes que buscam a regularização de seus respectivos terrenos. Além da identificação das áreas urbanas e ecológicas e o auxílio a regulamentação das áreas locais, o levantamento fornecerá dados relevantes à revisão do plano diretor e conhecimento aprofundado do patrimônio ambiental da cidade. Finalizadas as etapas poderá ser elaborado um plano de ação para as áreas ou lotes a serem regularizados.

Fernanda Bertotto – Ascom AMAI

**Veículo: Click Xaxim - Xaxim**  
**Data: 13/9/2016**



## GERAL

# Metodologia para elaboração de Diagnóstico Socioambiental é discutida pela AMAI, MPSC, Fatma e Fecam

Por Jéssica Kuczkowski Turelli  
Em 13/09/2016 - 17h04

[Fonte Menor](#) [Fonte Maior](#) [Imprimir](#) [Indicar](#) [Comunicar erro na notícia](#)



*Metodologia foi discutida pelo AMAI, MPSC, Fatma e Fecam. (Foto: Ascom. Amai).*

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) preocupada com a metodologia a ser aplicada para a elaboração e validação do Diagnóstico Socioambiental nos municípios, solicitou uma reunião ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) por meio do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME).

O Diretor de Articulação Institucional da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Celso Vedana, ressalta que a iniciativa da AMAI de buscar parceria com o MPSC para os diagnósticos socioambientais, regularização fundiária e unidades de conservação vem ao encontro da necessidade de se realizar uma ampla discussão para se criar um programa que seja estendido a todos os municípios catarinenses.



O encontro aconteceu no dia cinco de setembro, em Florianópolis e contou com a participação do Promotor de Justiça e Coordenador do CME do MPSC, Paulo Locatelli, da Secretária Executiva e do Assessor Jurídico da AMAI, Ingrid Piovesan e Adriano Conti, do Diretor de Articulação Institucional da Fecam, Celso Vedana e do Gerente de Desenvolvimento Ambiental da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Rafael Gasparini.

A Secretária Executiva da AMAI, Ingrid Piovesan, explica que MP tem cobrado dos municípios a delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) a fim de verificar as Áreas Urbanas Consolidadas, bem como, mapear as áreas de risco e de relevante interesse ecológico.

Neste sentido, a AMAI buscou um entendimento entre MPSC e a Fatma para que os municípios possam licitar ou delegar a Associação a realização do estudo, bem como, foram discutidos alguns pontos onde existiam divergência entre as orientações emitidas pelos órgãos no que se refere a metodologia para validação do Diagnóstico.

Ingrid comenta ainda que neste momento o diálogo é a melhor saída, em virtude da queda de arrecadação e crise financeira, para que os recursos públicos sejam aplicados da melhor forma possível, em um planejamento que atenda os aspectos físicos, sociais e ambientais.

#### **O que é o Diagnóstico Socioambiental...**

O Diagnóstico Socioambiental é um instrumento previsto para diversos fins e envolve etapas de levantamento e coleta de dados, bem como, análise destas informações com o intuito de obter um “retrato” das condições ambientais e sociais de uma determinada área de interesse.

Ele é um instrumento importante, pois, visa oferecer as informações necessárias aos órgãos responsáveis pela concessão de título de propriedade aos residentes que buscam a regularização de seus respectivos terrenos. Além da identificação das áreas urbanas e ecológicas e o auxílio a regulamentação das áreas locais, o levantamento fornecerá dados relevantes à revisão do plano diretor e conhecimento aprofundado do patrimônio ambiental da cidade. Finalizadas as etapas poderá ser elaborado um plano de ação para as áreas ou lotes a serem regularizados.

**Fonte:** Assessoria de Comunicação - Amai

**Veículo: Oeste Mais – Ponte Serrada**  
**Data: 14/9/2016**



**POLÍTICA | GERAL**

14/09/2016 11h20 | Atualizado em 14/09/2016 11h23

Por Oeste Mais

## **Metodologia para elaboração de Diagnóstico Socioambiental é discutida pela Amai, MPSC, Fatma e Fecam**

Levantamento fornecerá dados sobre plano diretor e conhecimento aprofundado do patrimônio ambiental das cidades



Reunião foi realizada em Florianópolis (Foto: Divulgação)

Preocupada com a metodologia aplicada na elaboração e validação do Diagnóstico Socioambiental nos municípios, a Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai) solicitou uma reunião ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) por meio do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME).

O diretor de Articulação Institucional da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Celso Vedana, ressalta que a iniciativa da Amai em buscar parceria com o MPSC para os diagnósticos socioambientais, regularização fundiária e unidades de conservação vem ao encontro da necessidade de se realizar uma ampla discussão para se criar um programa que seja estendido a todos os municípios catarinenses.



O encontro em Florianópolis contou com a participação do promotor e coordenador do CME do MPSC, Paulo Locatelli, da secretária executiva e do assessor jurídico da Amai, Ingrid Piovesan e Adriano Conti, do diretor de Articulação Institucional da Fecam, Celso Vedana, e do gerente de Desenvolvimento Ambiental da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Rafael Gasparini.

A secretária executiva da Amai, Ingrid Piovesan, explica que o MP tem cobrado dos municípios a delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) para verificar as Áreas Urbanas Consolidadas, mapeando as áreas de risco e de relevante interesse ecológico.

Neste sentido, a Amai buscou um entendimento entre MPSC e a Fatma para que os municípios possam licitar ou delegar à associação a realização do estudo. Também foram discutidos alguns pontos onde existia divergência entre as orientações emitidas pelos órgãos na questão da metodologia para a validação do diagnóstico.

Ingrid comenta ainda que neste momento o diálogo é a melhor saída, em virtude da queda da arrecadação e crise financeira, para que os recursos públicos sejam aplicados da melhor forma possível, em um planejamento que atenda os aspectos físicos, sociais e ambientais.

### **Diagnóstico Socioambiental**

O Diagnóstico Socioambiental é um instrumento previsto para diversos fins e envolve etapas de levantamento e coleta de dados, com a análise das informações para um retrato das condições ambientais e sociais de uma determinada área de interesse.

Ele é um instrumento importante, oferecendo informações necessárias aos órgãos responsáveis pela concessão de título de propriedade aos residentes que buscam a regularização de seus respectivos terrenos.

Além da identificação das áreas urbanas e ecológicas e o auxílio à regulamentação das áreas locais, o levantamento fornecerá dados relevantes à revisão do plano diretor e conhecimento aprofundado do patrimônio ambiental da cidade. Finalizadas as etapas, poderá ser elaborado um plano de ação para as áreas ou lotes a serem regularizados.

**Veículo: Tudo Sobre Xanxerê - Xanxerê**  
**Data: 14/9/2016**



[COMUNIDADE](#), [MEIO AMBIENTE](#), [POLÍTICA](#) - 14 Set 2016 08:42

## Amai discute metodologia para elaboração de Diagnóstico Socioambiental

Por: Carol Debiasi  
Visualizações: 74

[0 comentários](#)



Encontro aconteceu em

Florianópolis entre Amai, MP, Fatma e Fecam (Foto: Ascom)

A Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai), preocupada com a metodologia a ser aplicada para a elaboração e validação do Diagnóstico Socioambiental nos municípios, solicitou uma reunião ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) por meio do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME).

O diretor de Articulação Institucional da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Celso Vedana, ressalta que a iniciativa da Amai de buscar parceria com o MPSC para os diagnósticos socioambientais, regularização fundiária e unidades de conservação vêm ao encontro da necessidade de se realizar uma ampla discussão para se criar um programa que seja estendido a todos os municípios catarinenses.

O encontro aconteceu no início de setembro, em Florianópolis e contou com a participação do promotor de justiça e coordenador do CME do MPSC, Paulo Locatelli, da Secretária Executiva e do assessor jurídico da Amai, Ingrid Piovesan e Adriano Conti, do diretor de Articulação Institucional da Fecam, Celso Vedana e do gerente de desenvolvimento Ambiental da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Rafael Gasparini.



A secretária executiva da Amai, Ingrid Piovesan, explica que MP tem cobrado dos municípios a delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) a fim de verificar as Áreas Urbanas Consolidadas, bem como, mapear as áreas de risco e de relevante interesse ecológico.

Neste sentido, a Amai buscou um entendimento entre MPSC e a Fatma para que os municípios possam licitar ou delegar a Associação a realização do estudo, bem como, foram discutidos alguns pontos onde existiam divergência entre as orientações emitidas pelos órgãos no que se refere à metodologia para validação do Diagnóstico.

Ingrid comenta ainda que neste momento o diálogo é a melhor saída, em virtude da queda de arrecadação e crise financeira, para que os recursos públicos sejam aplicados da melhor forma possível, em um planejamento que atenda os aspectos físicos, sociais e ambientais.

#### **O que é o Diagnóstico Socioambiental?**

O Diagnóstico Socioambiental é um instrumento previsto para diversos fins e envolve etapas de levantamento e coleta de dados, bem como, análise destas informações com o intuito de obter um “retrato” das condições ambientais e sociais de uma determinada área de interesse.

Ele é um instrumento importante, pois, visa oferecer as informações necessárias aos órgãos responsáveis pela concessão de título de propriedade aos residentes que buscam a regularização de seus respectivos terrenos. Além da identificação das áreas urbanas e ecológicas e o auxílio a regulamentação das áreas locais, o levantamento fornecerá dados relevantes à revisão do plano diretor e conhecimento aprofundado do patrimônio ambiental da cidade. Finalizadas as etapas poderá ser elaborado um plano de ação para as áreas ou lotes a serem regularizados. (Ascom Amai)

**Veículo: Rede Princesa - Xanxerê****Data: 14/9/2016****NOTÍCIAS**

## Metodologia para elaboração de Diagnóstico Socioambiental é discutida pela AMAI, MPSC, Fatma e Fecam



A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) preocupada com a metodologia a ser aplicada para a elaboração e validação do Diagnóstico Socioambiental nos municípios, solicitou uma reunião ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) por meio do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME).

O Diretor de Articulação Institucional da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Celso Vedana, ressalta que a iniciativa da AMAI de buscar parceria com o MPSC para os diagnósticos socioambientais, regularização fundiária e unidades de conservação vem ao encontro da necessidade de se realizar uma ampla discussão para se criar um programa que seja estendido a todos os municípios catarinenses.

O encontro aconteceu no dia cinco de setembro, em Florianópolis e contou com a participação do Promotor de Justiça e Coordenador do CME do MPSC, Paulo Locatelli, da Secretária Executiva e do Assessor Jurídico da AMAI, Ingrid Piovesan e Adriano Conti, do Diretor de Articulação Institucional da Fecam, Celso Vedana e do Gerente de Desenvolvimento Ambiental da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Rafael Gasparini.

A Secretária Executiva da AMAI, Ingrid Piovesan, explica que MP tem cobrado dos municípios a delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) a fim de verificar as Áreas Urbanas Consolidadas, bem como, mapear as áreas de risco e de relevante interesse ecológico.

Neste sentido, a AMAI buscou um entendimento entre MPSC e a Fatma para que os municípios possam licitar ou delegar a Associação a realização do estudo, bem como, foram discutidos alguns pontos onde existiam divergência entre as orientações emitidas pelos órgãos no que se refere a metodologia para validação do Diagnóstico.

Ingrid comenta ainda que neste momento o diálogo é a melhor saída, em virtude da queda de arrecadação e crise financeira, para que os recursos públicos sejam aplicados da melhor forma possível, em um planejamento que atenda os aspectos físicos, sociais e ambientais.



O que é o Diagnóstico Socioambiental...

O Diagnóstico Socioambiental é um instrumento previsto para diversos fins e envolve etapas de levantamento e coleta de dados, bem como, análise destas informações com o intuito de obter um “retrato” das condições ambientais e sociais de uma determinada área de interesse. Ele é um instrumento importante, pois, visa oferecer as informações necessárias aos órgãos responsáveis pela concessão de título de propriedade aos residentes que buscam a regularização de seus respectivos terrenos. Além da identificação das áreas urbanas e ecológicas e o auxílio a regulamentação das áreas locais, o levantamento fornecerá dados relevantes à revisão do plano diretor e conhecimento aprofundado do patrimônio ambiental da cidade. Finalizadas as etapas poderá ser elaborado um plano de ação para as áreas ou lotes a serem regularizados.

Fernanda Bertotto – Ascom AMAI

**Veículo: Lance Notícias - Xanxerê****Data: 14/9/2016**

## Metodologia para elaboração de Diagnóstico Socioambiental é discutida pela AMAI, MPSC, Fatma e Fecam

14 de setembro de 2016 - 10:54 / **Comunidade Xanxerê** | 0 Comentários



Metodologia para elaboração de Diagnóstico Socioambiental é discutida (Foto: Divulgação)

A Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) preocupada com a metodologia a ser aplicada para a elaboração e validação do Diagnóstico Socioambiental nos municípios, solicitou uma reunião ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) por meio do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME).

O Diretor de Articulação Institucional da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Celso Vedana, ressalta que a iniciativa da AMAI de buscar parceria com o MPSC para os diagnósticos socioambientais, regularização fundiária e unidades de conservação vem ao encontro da necessidade de se realizar uma ampla discussão para se criar um programa que seja estendido a todos os municípios catarinenses.

O encontro aconteceu no dia cinco de setembro, em Florianópolis e contou com a participação do Promotor de Justiça e Coordenador do CME do MPSC, Paulo Locatelli, da Secretária Executiva e do Assessor Jurídico da AMAI, Ingrid Piovesan e Adriano Conti, do Diretor de Articulação Institucional da Fecam, Celso Vedana e do Gerente de Desenvolvimento Ambiental da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Rafael Gasparini.

A Secretária Executiva da AMAI, Ingrid Piovesan, explica que MP tem cobrado dos municípios a delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) a fim de verificar



as Áreas Urbanas Consolidadas, bem como, mapear as áreas de risco e de relevante interesse ecológico.

Neste sentido, a AMAI buscou um entendimento entre MPSC e a Fatma para que os municípios possam licitar ou delegar a Associação a realização do estudo, bem como, foram discutidos alguns pontos onde existiam divergência entre as orientações emitidas pelos órgãos no que se refere a metodologia para validação do Diagnóstico.

Ingrid comenta ainda que neste momento o diálogo é a melhor saída, em virtude da queda de arrecadação e crise financeira, para que os recursos públicos sejam aplicados da melhor forma possível, em um planejamento que atenda os aspectos físicos, sociais e ambientais.

### **O que é o Diagnóstico Socioambiental**

O Diagnóstico Socioambiental é um instrumento previsto para diversos fins e envolve etapas de levantamento e coleta de dados, bem como, análise destas informações com o intuito de obter um “retrato” das condições ambientais e sociais de uma determinada área de interesse.

Ele é um instrumento importante, pois, visa oferecer as informações necessárias aos órgãos responsáveis pela concessão de título de propriedade aos residentes que buscam a regularização de seus respectivos terrenos. Além da identificação das áreas urbanas e ecológicas e o auxílio a regulamentação das áreas locais, o levantamento fornecerá dados relevantes à revisão do plano diretor e conhecimento aprofundado do patrimônio ambiental da cidade. Finalizadas as etapas poderá ser elaborado um plano de ação para as áreas ou lotes a serem regularizados.

Veículo: Folha Regional - Xanxerê  
Data: 15/9/2016



## Metodologia de Diagnóstico Socioambiental é avaliada

**Xanxerê.** A Associação dos Municípios do Alto Itaipava (AMAI), preocupada com a metodologia a ser aplicada para a elaboração e validação do Diagnóstico Socioambiental nos municípios, solicitou uma reunião ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) por meio do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME).

O diretor de Articulação Institucional da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Celso Vedana, ressalta que a iniciativa da AMAI de buscar parceria com o MPSC para os diagnósticos socioambientais, regularização fundiária e unidades de conservação vem ao encontro da necessidade de se realizar uma ampla discussão para se criar um programa que seja estendido a todos os municípios catarinenses.

O encontro aconteceu no



Divulgação

MPSC e a Fatma para que os municípios possam licitar ou delegar a Associação a realização do estudo, bem como, foram discutidos alguns pontos onde existiam divergências entre as orientações emitidas pelos órgãos no que se refere a metodologia para validação do Diagnóstico.

Ingrid comenta ainda que neste momento o diálogo é a melhor saída, em virtude da queda de arrecadação e crise financeira, para que os recursos públicos sejam aplicados da melhor forma possível, em um planejamento que atenda os aspectos físicos, sociais e ambientais.

### O que é o Diagnóstico Socioambiental...

O Diagnóstico Socioambiental é um instrumento previsto para diversos fins e envolve etapas de levantamento e coleta de dados, bem como, análise destas informações com o intuito de obter um "retrato" das condições ambientais e sociais de uma determinada área de interesse.

Ele é um instrumento importante, pois, visa oferecer as informações necessárias aos órgãos responsáveis pela concessão de título de propriedade aos residentes que buscam a regularização de seus respectivos terrenos. Além da identificação das áreas urbanas e ecológicas e o auxílio à regulamentação das áreas locais, o levantamento fornecerá dados relevantes à revisão do plano diretor e conhecimento aprofundado do patrimônio ambiental da cidade. Finalizadas as etapas poderá ser elaborado um plano de ação para as áreas ou lotes a serem regularizados. (Ass. Com. da AMAI//Fernanda Bertotto)

dos municípios a delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) a fim de verificar as Áreas Urbanas Consolidadas, bem como, mapear as áreas de risco e de relevante interesse ecológico.

Neste sentido, a AMAI buscou um entendimento entre

Articulação Institucional da Fecam, Celso Vedana e do gerente de Desenvolvimento Ambiental da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Rafael Gasparini.

A secretária Executiva da AMAI, Ingrid Piovesan, explica que o MP tem contratado